



Informativo da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região

TRT e AMATRA 8 realizam Ato Público em defesa da Justiça do Trabalho



Magistrados, servidores, advogados, procuradores, estudantes, parlamentares e trabalhadores fecharam a rua em frente ao TRT 8, na manhã do dia 31 de março. Todos juntos no ato público em apoio à Justiça do Trabalho e ao sistema de garantia de direitos trabalhistas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, alinhados com todos os Tribunais Trabalhistas do País, realizaram um Ato Público em defesa da Justiça do Trabalho. A manifestação aconteceu em frente ao TRT 8, em Belém, e se repetiu na mesma data em vários estados brasileiros.

O objetivo foi chamar a atenção da população para a relevância dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho à sociedade, que atua na pacificação de greves e no equilíbrio da relação entre capital e trabalho, visando à garantia dos direitos sociais em sintonia com a necessária preservação da atividade econômica.

Além de alertar para a constante ameaça de fragilização da Justiça do Trabalho por meio de cortes orçamentários, o Ato Público também marcou o lançamento de uma campanha nacional idealizada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Colepccor), cujo objetivo é evidenciar que os direitos de patrões e empregados só estarão garantidos com um Judiciário Trabalhista forte e atuante.

“A Justiça do Trabalho cumpre um papel social muito importante. Não apenas para o trabalhador quando tem o seu direito violado, mas também para aquele empresário que cumpre suas obrigações trabalhistas. É inadmissível acabar com uma justiça que funciona neste país. A AMATRA 8 não vai aceitar esses ataques à Justiça Trabalhista. Iremos resistir!”, afirma o Presidente da AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá. Reunião da Frentas – Os últimos detalhes para a realização do ato foram discutidos em reunião da Frentas,

ocasião na qual a Anamatra foi representada pelo seu vice-presidente, Guilherme Feliciano, e pelo diretor de Assuntos Legislativos, Luiz Colussi, e também contou com a presença do presidente da Amatra 8 (PA/AP), Pedro Tupinambá. O encontro foi o primeiro sob a nova coordenação da Frentas, a cargo da presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, pelos próximos seis meses.

“Neste momento em que a independência da Magistratura e do Ministério Público é objeto de um obsessivo ataque por certos segmentos do Parlamento, a unidade de discurso, estratégia e ação é fundamental para que as instituições judiciárias possam sobreviver e, adiante, sobressair-se fortalecidas. Não houve, no passado recente, uma quadra tão agressiva para com a figura do juiz e o seu papel na sociedade”, declarou Feliciano na ocasião.

Com informações de Ascom Anamatra

AMATRA 8
Entrevista:
Guilherme
Guimarães Feliciano
– Presidente da
ANAMATRA

página: 6

Ações de
Conscientização
marcam o dia
nacional de
combate ao
Trabalho Escravo.

página: 10

TJC 2017 aborda
a temática da
violação de
direitos.

página: 13



CAROS COLEGAS ASSOCIADOS,

Infelizmente, continuamos vivenciando um momento de profunda crise econômica, social, política e, sobretudo, institucional, sendo que, aproveitando-se de tal cenário, forças contrárias aos avanços sociais ocorridos nos últimos tempos no “mundo do trabalho” têm criado um discurso falacioso no sentido de que as normas trabalhistas e a própria Instituição Justiça do Trabalho servem de entraves para a retomada do desenvolvimento econômico do Brasil.

Assim, com o intuito de esclarecer a população acerca desse cenário tenebroso, nossa Amatra 8, mais uma vez, ressaltando sua atuação aguerrida, participou junto com servidores e a Direção do TRT 8, bem como com representantes da sociedade civil organizada, de ato público em defesa da Justiça do Trabalho.

Além dessa importante atuação, estivemos presentes em ações de conscientização da população a respeito do combate ao trabalho escravo, em um dia destinado exclusivamente ao enfrentamento deste mal, que, infelizmente, ainda assola nossa sociedade. Tais ações foram realizadas nos terminais rodoviários e hidroviários de Belém e contaram com a presença de magistrados e membros do Ministério Público do Trabalho, dentre outras entidades ligadas ao mundo do trabalho.

Cumpramos ressaltar também a retomada do Projeto Trabalho Justiça e Cidadania – TJC no ano de 2017, implementado em nossa Região pela Amatra 8, este ano com a temática “violação de direitos”, na qual contamos, pela primeira vez em Belém, com a participação das Escolas Públicas Estaduais, em face de um termo de cooperação firmado com a SEJUDH – Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Hu-

manos do Estado do Pará, que possibilitou a parceria com o projeto da aludida secretaria, denominado Direitos Humanos em Cena.

Registrarmos também a realização de diversos eventos sociais formatados com todo carinho para nosso associado, cujo intuito é promover a aproximação, a interação e o conglutamento de todos.

Finalmente, demos um grande passo na área acadêmica para nossos associados, com a instituição da Escola Associativa dos Magistrados da 8ª Região – EMATRA 8, que tem como objetivo, dentre outros, celebrar convênios com entidades para a organização e/ou realização de cursos, eventos culturais e científicos, intercâmbios, para a atualização, aperfeiçoamento e especialização dos Magistrados associados, bem como estimular e organizar a publicação de obras de relevância cultural e técnico-científico dos associados.

Em suma, a luta é muito árdua, por isso contamos com o apoio de nossos associados, para que participem efetivamente dos rumos a serem tomados em nossa Amatra 8, pois unidos poderemos vencer mais essa batalha.

Cordialmente,

Odaise Cristina Picanço Benjamim Martins
Vice Presidente Legislativa da Amatra 8

>>> Curso

No início do mês de fevereiro foi o encerrado o curso de atualização em Direito e Processo do Trabalho, promovido pela AMATRA 8. Com chave de ouro, o módulo sobre Direito Ambiental do Trabalho, ministrado pelo Prof. Dr. Ney Maranhão trouxe a turma para a reflexão sobre os diversos temas relacionados ao mundo jurídico labor-ambiental.

>>> TV

No dia 12 de abril, às 20h, no programa Pensando Bem, da TV Nazaré, canal 30, o Presidente da AMATRA 8 Pedro Tourinho Tupinambá falou sobre o tema da reforma trabalhista ao lado da advogada Mary Cohen.

>>> Ministro

O Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, visitou as dependências do TRT 8, no dia 16 de janeiro, e foi recebido por uma comitiva de magistrados na ante-sala da Presidência. Representando a AMATRA 8 estavam o Vice-Presidente Vanilson Fernandes, o Diretor de Direitos Humanos, Jônatas Andrade e a associada a Nágila Quaresma.

>>> Decisão

O associado Jônatas Andrade, que é diretor de direitos humanos da Amatra 8 e atua em Marabá, onde é titular da 2ª Vara do Trabalho, bloqueou 5 milhões de reais de fundos específicos da Secretaria de Saúde, que estavam sem aplicação, e destinou o dinheiro à reforma do Hospital Municipal de Marabá e do Hospital Materno Infantil. A decisão - no bojo de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, com pedido de tutela de urgência -, assim como as medidas implementadas, não têm precedentes no Pará e o magistrado foi parabenizado publicamente por mães de pacientes pelo ato.

>>> Rádio

Os juízes do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá (Presidente) e Jônatas Andrade (Diretor de Direitos Humanos da AMATRA 8) foram entrevistados ao lado da advogada Valena Jacob e do procurador Roberto Ruy, ao vivo, no programa Segurança e Cidadania da Rádio Nazaré. A apresentação do programa que é semanal e tem a duração de uma hora é da delegada Christiane Ferreira. Com o tema do trabalho escravo, o programa foi exibido ao vivo.

>>> Livro

No dia 28 de março, foi realizado o lançamento do livro “Poluição Labor-Ambiental” de autoria do diretor da AMATRA 8, Ney Maranhão, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. A obra é uma versão comercial da tese de doutoramento defendida pelo magistrado junto à Faculdade de Direito da USP, em fevereiro de 2016. No novo livro, Ney Maranhão traça os principais marcos teórico-conceituais da ascendente disciplina do Direito Ambiental do Trabalho. A pesquisa objetivou ofertar um preciso conceito jurídico para o fenômeno da poluição do meio ambiente do tra-

Expediente:

Presidente: Pedro Tourinho Tupinambá Vice-Presidente Administrativo: Vanilson Rodrigues Fernandes Vice-Presidente Legislativo: Odaise Cristina Picanço Benjamim Martins Secretário-Geral: Deodoro José de Carvalho Tavares Diretora Financeira: Elinay Almeida Ferreira de Melo Diretor Cultural: Paulo Roberto Dornelles Junior Diretora Social: Marlise de Oliveira Laranjeira Diretora para Juízes Fora de Sede: Núbia Soraya da Silva Guedes Diretor para Juízes Substitutos: Otávio Bruno da Silva Ferreira Diretor de Direitos Humanos e Cidadania: Jônatas dos Santos Andrade Diretora de Imprensa: Natália Luíza Alves Martins Diretor para Juízes Aposentados: Haroldo da Gama Alves Diretor de Esportes e Qualidade de vida: Ney Stany Moraes Maranhão Diretor de Direitos e Prerrogativas: Saulo Marinho Mota. Conselho Fiscal: Herbert Tadeu Pereira de Matos, Jacinto Flávio de Lacerda Marçal, Jemmy Cristiano Madureira. Suplentes: Silvana Braga Mattos, Suzana Maria Lima de Moraes Afonso Carvalho dos Santos, Ricardo André Maranhão Santiago. INFORMATIVO AMATRA 8. Edição 31 – jan-jul de 2017. Tiragem – 600. Jornalista Responsável: Renata Torres DRT-PA 1840 – Assessora de Comunicação. Reportagens: Renata Torres, Ascom TRT8 e Ascom Anamatra. Revisão: Natália Luíza Alves Martins. Fotos: Renata Torres, Ascom TRT8, Ascom Anamatra, Lico e arquivo. Colaboradores: Pedro Tourinho Tupinambá, Odaise Cristina Picanço Benjamim Martins e Bernadete Barroso. Projeto Gráfico: sSix Comunicação.



Café da Manhã

Na sexta-feira (31/03), a diretoria da AMATRA 8 realizou um café da manhã para os associados desfrutarem de mais um momento de união e confraternização. Na oportunidade, esteve presente o Senador Paulo Rocha, que conversou com os magistrados sobre o projeto de Lei que se encontra no Senado sobre a terceirização e a recente lei aprovada. Na mesma data, em conversa com o Presidente da Amatra 8 o Senador assumiu compromisso de encaminhar positivamente o PLC nº 27 que trata do reajuste dos Subsídios da Magistratura e a PEC 63/2013 que prevê o pagamento da parcela denominada VTM(Valorização do Tempo na Magistratura e Ministério Público) antigo Adicional por Tempo de Serviço que será pago para Magistrados Ativos e Aposentados buscando restabelecer a paridade e valorização na carreira.



A diretoria da Anamatra para o biênio 2017/2019 tomou posse no dia 31 de maio de 2017, em solenidade no Clube Naval, em Brasília. Diversas autoridades dos três poderes e representantes da sociedade civil marcaram presença no evento. A Associação tem agora, à frente, o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da 15ª Região e conta com o presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, como diretor de informática. Segundo o novo presidente da Anamatra, "temos a missão de construir um ambiente de diálogo e de unidade de discurso, que não nos divida internamente. Temos de tornar a Anamatra muito mais próxima dos juizes. E seguiremos precisando do apoio e da força coletiva de todos

Juíza diretora da AMATRA 8 é premiada pelo CNJ



A juíza do trabalho substituta, Diretora Financeira da AMATRA 8, Elinay Melo, que atua na 7ª VT de Belém, recebeu o prêmio do CNJ de direitos humanos, por sentença proferida em processo movido pelo MPT, em que visava a proteção de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, na região do Marajó, no Pará.

No dia 7 de fevereiro, a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, ligou para a presidência do TRT8 para informar sobre a escolha da sentença proferida pela magistrada, parabenizando o Regional pela preocupação e atuação no sentido de proteger as crianças e jovens expostas à exploração sexual, conhecidas por "balseiras".

O prêmio foi criado pelo CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça e a então Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, com o objetivo de promover a premiação de juizes ou órgãos do Poder Judiciário que



tenham proferido decisões simbólicas no sentido da efetividade dos direitos humanos, que ocorrem em todos os ramos da Justiça, mas que muitas vezes não têm repercussão na sociedade. A ministra ressaltou que a premiação não será em dinheiro. "É apenas para dar esse realce e a sinalização do papel do Poder Judiciário, num estado democrático de direito, que tem uma Constituição cujo ponto central é exatamente o da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais", disse a presidente do CNJ.

A juíza Elinay Almeida Ferreira de Melo destacou que o prêmio foi uma dupla surpresa, "seja pela premiação em si, que muito me honrou pelo reconhecimento do meu trabalho e do TRT8, bem como porque não sabia que estava concorrendo, já que a sentença foi inscrita por uma outra pessoa".

A premiação ocorreu no dia 14 de fevereiro, na sede do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília.

Nova Diretoria eleita da ANAMATRA tem representante da AMATRA 8.

os magistrados do Trabalho. A diretoria, sozinha, pouco conquistará", declarou.

Conheça os integrantes da diretoria eleita:

Presidente: Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15/Campinas e Região)
Vice-presidente: Noemia Garcia Porto (Amatra 10/DF e TO)
Secretária-Geral: Silvana Abramo Margherito Ariano (Amatra 2/SP)
Diretor Administrativo: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)
Diretor Financeiro: Marcelo Rodrigo Carniato (Amatra 13/PB)
Diretora de Comunicação Social: Patrícia Lampert Gomes (Amatra 1/RJ)
Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos: Luiz Antonio Colussi (Amatra 4/RS)
Diretor de Assuntos Legislativos: Pau-

lo da Cunha Boal (Amatra 9/PR)
Diretor de Formação e Cultura: Marco Aurélio Marsiglia Treviso (Amatra 3/MG)
Diretora de Eventos e Convênios: Rosemeire Lopes Fernandes (Amatra 5/BA)
Diretor de Informática: Pedro Tourinho Tupinambá (Amatra 8/PA e AP)
Diretor de Aposentados: Rodnei Doreto Rodrigues (Amatra 24/MS)
Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: Luciana Paula Conforti (Amatra 6/PE)
Conselho Fiscal: Titulares – Luciana Santana Crispim (Amatra 18/GO), Andrea Cristina de Souza Haus Bunn (Amatra 12/SC), Flávia Moreira Guimarães Pessoa (Amatra 20/SE)
Suplente – Luís Eduardo Soares Fontenelle (Amatra 17/ES).

Com informações de Ascom Anamatra

Ações de Conscientização Marcam o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo



28 de janeiro é uma data que remete à luta contra a exploração da dignidade humana e o risco de retrocessos. No Brasil, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi instituído em homenagem aos auditores fiscais do trabalho Erastóstenes Gonçalves, João Batista Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Aílton de Oliveira, assassinados no ano de 2004, quando apuravam a denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unai (MG).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho escravo apresenta características bem delimitadas. Além das condições precárias, como falta de alojamento, água potável e sanitária, por exemplo, também existe cerceamento do direito de ir e vir pela coação de homens armados. Os trabalhadores são forçados a assumir dívidas crescentes e intermináveis, com alimentação e despesas com ferramentas usadas no serviço.

Para tentar alertar o maior número de pessoas sobre o problema, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/PA, em parceria com diversas entidades, realizou ações de conscientização nos terminais de Belém. Os pontos de intervenção foram escolhidos por conta do elevado fluxo de pessoas entrando e saindo da cidade por estas vias.

No sábado (28/01), pela manhã passageiros do Terminal Rodoviário de Belém (São Brás) receberam equipes compostas por profissionais das diversas áreas envolvidas como Juízes do Trabalho, Procuradores e Auditores Fiscais do Trabalho, Policiais Militares e Rodoviários Federais, advogados, professores, estudantes, e outros. As equipes conversaram com cerca de mil pessoas sobre as formas contemporâneas de escravização do trabalhador e como denunciar.

“Eu considero esta ação muito importante porque podemos ver a capacidade de integração entre os

órgãos. Esse foi o mote desta ação. É alusiva ao dia nacional de combate ao trabalho escravo, mas também marca a possibilidade de todos os órgãos se encontrarem, os de fiscalização, de prevenção, de responsabilização, em uma ação integrada para falar de uma questão tão complicada que infelizmente ainda assola o estado do Pará”, explicou o Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Michel Durans.

Para o Defensor Público Johny Giffoni, a ação possibilitou que Defensoria Pública, entre as entidades que participaram, exerça o seu papel constitucional. “Acreditamos que é um dos papéis das instituições atuar na educação em direitos, conversando com a população que muitas das vezes desconhece seus direitos. Interessante é ver os motoristas, as pessoas dentro dos ônibus pedirem os panfletos e se identificarem com o que a gente tá falando e também estamos democratizando e tornando a justiça e



a política pública de combate ao trabalho escravo mais próxima à população, por isso considero tão importantes essas ações de conscientização”, afirma o representante da DPE.

No início da tarde foi a vez do Terminal Hidroviário (Av. Marechal Hermes) receber as equipes de conscientização sobre os riscos do trabalho em condições degradantes. As manifestações objetivaram chamar a atenção para o problema e exigir punição dos culpados e erradicação dessa forma degradante de trabalho.

A Justiça do Trabalho faz parte da terceira fase que é a repressão ao trabalho escravo, quando vai punir o empregador pela prática tanto na parte do pagamento das verbas trabalhistas que sejam devidas ao trabalhador bem como em casos de indenização por danos morais. “Hoje, pensando no judiciário moderno, se fala inclusive de sistema de justiça, onde estão incluídos todos os órgãos que fazem parte para a efetivação dos direitos dos trabalhadores que são a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e

Emprego. O objetivo é que esses problemas amenizem e um dia se esgotem. Não basta apenas a repressão. A prevenção é importante. É nessa perspectiva que os juízes do trabalho participam dessas comissões e ações fora dos gabinetes, fora do tribunal, para que juntamente com essas outras entidades que já fazem muito bem esse papel, também possam conscientizar a população”, afirma Elinay Melo, juíza do trabalho e diretora da AMATRA 8.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, erradicar o trabalho escravo deve ser uma bandeira de luta de toda a população. Por esse motivo, a entidade integra a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Pará (Coetrae-PA). “A escravização contemporânea não coloca em jogo apenas a liberdade da pessoa forçada a trabalhar. Somos contra qualquer forma de trabalho degradante, que expõe a saúde dos trabalhadores a condições precárias”, afirmou.

Ainda na esfera do combate ao trabalho escravo, a Comissão, com o apoio da AMATRA 8, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Sindical do SINAIT e o Sicoob Credijustra realizou um ato público, no dia 5 de fevereiro (domingo), na Praça Batista Campos. O dia contou com a ação de cidadania do governo do estado com a emissão de documentos como as Carteiras de Identidade e de Trabalho, além de apresentações culturais de música e dança em um palco montado para que representantes das entidades pudessem falar sobre esta chaga ainda tão real no dia a dia do paraense.



Dia da mulher: dicas de Mesa posta

No dia 8 de março comemoramos o dia da mulher. Elas que conseguiram o direito ao voto, espaço no mercado de trabalho, até a presidência do país... Tudo isso sem esquecer ainda de cuidar da casa, dos filhos, da família. Aquelas que lavam, passam e de quebra, ainda fazem o almoço do dia seguinte, após um dia cheio de trabalho. São anos de luta feminina. São anos de conquistas.

Pensando em toda essa correria do dia a dia, a AMATRA 8 preparou um chá para homenagear as mulheres, com dicas de moda, beleza e do conforto do lar com um mini workshop de mesa posta.



AMATRA 8 em defesa de seus associados

Ações de Simetria na 8ª Região

O escritório de advocacia contratado pela AMATRA 8 ficou responsável pelo ajuizamento e acompanhamento das ações de simetria dos associados interessados em ajuizar ações via Associação (todos tinham a opção de ajuizar sozinhos ou através de advogado próprio). As ações referem-se aos pedidos de diárias, ajuda de custo e licença-prêmio para os magistrados da ativa e aposentados.

A orientação de pulverizar as ações e ajuizar junto ao Juizado Especial Federal decorreu de estratégia para evitar que o processo chegue ao Supremo, bem como considerando a jurisprudência favorável existente no JEF.

Os magistrados ingressaram com as ações ainda no ano passado e finalmente, em fevereiro de 2017, começaram a sair as decisões favoráveis à maioria dos pedidos.

Auditoria do CSJT - Impugnação

A AMATRA 8 juntamente com a ANAMATRA conseguiu impugnar o relatório da auditoria feita pelo CSJT. A Associação obteve liminar em ação ordinária para impedir o desconto da GECJ paga aos seus associados do Primeiro Grau, posto que recebido de boa fé, impedindo assim que fosse feito os descontos preconizados na auditoria.

O TRT8 não tinha efetuado o pagamento de algumas GECJ de 2016 e o reflexo sobre o 13º salário de 2016 porque pretendia fazer os descontos nestas verbas das parcelas que a auditoria teria considerado pagas indevidamente. Com a decisão liminar, efetiva intimação do TRT8, bem como Ofício feito pela Amatra8 à Presidência, esta determinou o pagamento das parcelas retroativas e reflexos no 13º salário de 2016. O pagamento, segundo informou o setor próprio, foi realizado no primeiro semestre de 2017.

De acordo com a atual Resolução do CSJT, os Desembargadores do Trabalho da 8ª Região não recebem a GECJ. Na verdade, a Resolução criou uma série de entraves para o pagamento da parcela. A Anamatra já ingressou com ação coletiva, bem como ingressou com PP no CNJ.

A exemplo do que fizemos no primeiro grau, a fim de atender nossos associados e impedir distorções, ingressamos com ações individuais em favor de nossos Desembargadores Associados questionando alguns dispositivos da Resolução e pedindo o pagamento da GECJ para os casos em que entendemos haver acúmulo de jurisdição.

Remoções na 8ª Região

A AMATRA 8 conseguiu mais uma vitória para os seus associados. A Presidente do TRT 8, Suzy Koury, deferiu os pedidos de remoção dos magistrados Luana Anjos, Marcelo Viégas, Vinícius Paiva, Júlio Arce, Bruno Occhi, Ana Paula Leal, Márcia Domingues, Adélia Leone, Circe Almeida e Francielli Lohn.

A decisão se deu em virtude do pedido de reconsideração da decisão do Tribunal Pleno, realizado pela AMATRA 8 e deferido ad referendum. Os nomes dos magistrados citados foram encaminhados pela Presidência do TRT 8 para que sejam incluídos na lista de remoção nacional, condicionando-os ao provimento dos cargos vagos pelo concurso nacional ou outro modo de provimento de cargos vagos.

Resolução 219 - CNJ

A Diretoria da AMATRA 8 se reuniu com a Presidente do TRT8 para conversar sobre o a resolução nº 219 do CNJ. A Associação demonstrou a preocupação com o encaminhamento da questão e propôs, conforme deliberado na reunião com os associados, a elaboração conjunta de um plano para cumprimento da Resolução 219 sem necessidade de extinção de cargos de Desembargadores.

A Presidente do Tribunal conversou com seus pares e o processo foi retirado da pauta de sessão do Tribunal Pleno e na mesma sessão a desembargadora propôs a criação de uma comissão conjunta entre TRT 8 e AMATRA 8 para dialogar e encontrar o melhor caminho para todos os Magistrados da Oitava Região.



Violação de Direitos é tema do Programa TJC da 8ª Região em 2017



Com o tema “Violação de Direitos”, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – PA e AP (AMATRA 8), realizou no período de 5 a 7 de abril de 2017, o IV Seminário de Capacitação de Multiplicadores do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), no auditório da Escola Salesiana do Trabalho, no bairro da Pedreira, em Belém.

Noções básicas sobre os direitos humanos e fundamentais do cidadão estiveram em pauta. O programa de iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) é realizado nas regiões pelas Amatras. Neste ano, a grande novidade foi a parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), através do Projeto Direitos Humanos em Cena.

O programa, no Pará, tem convênio com o Tribunal Regional do Trabalho – TRT 8; com o Ministério Público do Trabalho; com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará; Associação dos Advogados

Trabalhistas do Pará – ATEP; Universidade da Amazônia – UNAMA e Escola Judicial do TRT 8.

A AMATRA 8 reuniu magistrados, procuradores, advogados e representantes de Instituições de governo, servidores do Judiciário e professores de cinco instituições públicas de ensino. A parceria com a Sejudh, permitiu que os professores das escolas estaduais Helena Guilhon, Benjamim Constant e Zulima Vergolino pudessem participar juntamente com as instituições de ensino técnico Escola Salesiana do Trabalho e o Movimento República de Emaús, da primeira etapa do programa.

A abertura do evento foi marcada pela defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, entre os quais, o combate ao trabalho infantil e exploração sexual, combate ao trabalho escravo, respeito a diversidade de gênero, os direitos dos idosos, o respeito às leis trabalhistas e ainda o combate ao tráfico de pessoas.

A mesa de abertura foi composta pelo

presidente da Amatra8, Pedro Tourinho Tupinambá, o procurador chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT-PA/AP), Hideraldo Machado; o secretário de Estado Michell Durans (Sejudh); o secretário de Estado José Roberto Alves da Silva (Sejudh) e o vice-diretor da Escola Salesiana do Trabalho, Pe. Carlos Josué Nascimento.

“Estamos felizes em poder voltar a nos reunir novamente em 2017, através do TJC, em parceria com o programa DH em Cena da Secretaria de Justiça. Agradeço também aos demais parceiros na busca da consolidação de ações que possam promover cidadania. Neste ano, infelizmente, a Justiça do Trabalho, tem sido alvo de muitos ataques, no entanto, esperamos que este momento se reflita na vida de cada um de nós, no combate a intolerância, na defesa da dignidade humana”, destacou o presidente da Amatra8, Pedro Tourinho Tupinambá.

O Padre Carlos Josué Nascimento destacou o papel do TJC e como o programa



gera resultados positivos: “Há dois anos recebemos o TJC aqui na Escola Salesiana, e, desde então, nossos alunos tornaram-se multiplicadores. Tudo, sem dúvida, começa na escola, na disseminação da boa informação. O TJC é um programa que consolida ações na promoção da cidadania”, elogiou o Padre.

O Programa TJC acontece em quatro etapas. O primeiro passo foi a capacitação de cerca de 100 professores multiplicadores do conhecimento.

A caravana tira-dúvida, nos dias 10 e 11 de agosto, vai às cinco escolas participantes, em Belém, conversar com os alunos e esclarecer as dúvidas sobre os temas. Ao todo, mais de 2.500 crianças e adolescentes foram atendidas pelo programa apenas em 2017.

Depois disso, o programa possibilitará a visita dos alunos ao Tribunal do Trabalho para conhecerem a realidade da Justiça Trabalhista, que já está marcada para o dia 15 de setembro. Para encerrar as atividades, a culminância é quando os alunos, através de apresentações lúdicas, demonstram os conhecimentos apreendidos com a cartilha do trabalhador. Em Belém, esta etapa acontecerá no dia 10 de novembro.



Macapá

No terceiro seminário do TJC, no dia 5 de maio, em Macapá, os juízes e demais colaboradores deram palestras aos professores e demais multiplicadores para que funcionem como transmissores dos conhecimentos junto aos estudantes. Os professores receberam informações sobre os temas da cartilha elaborada pela ANAMATRA com noções de Direito do Trabalho, Direitos Humanos, cidadania, segurança no trabalho, contratos de trabalho e trabalho infantil.

O ano de 2017 veio também com a temática da violação dos direitos, ou seja, além dos temas presentes na cartilha do trabalhador em quadrinhos,

os professores receberam conhecimento sobre como esses direitos podem e são violados no dia a dia desses jovens e como funciona a rede de proteção.

O Programa TJC é organizado e realizado pela AMATRA8, em convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (MPT8), Secretaria Municipal de Educação de Macapá e o Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP).

AMATRA 8 participa de audiência pública sobre os direitos dos trabalhadores e PEC 55/2016

No dia 09 de junho, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a Escola Judicial do TRT8, com apoio da Associação de Magistrados Trabalhistas da 8ª Região, Ministério Público do Trabalho e Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho no Pará, realizou audiência pública sobre a reforma trabalhista.

Universidades, sindicatos, meio político e sociedade estiveram reunidos para discutir as propostas de mudança na legislação trabalhista e os desdobramentos sociais do que já foi aprovado no Congresso, como é o caso da lei da terceirização.

Os magistrados que organizaram o evento acreditam que ao fortalecer o entendimento sobre o tema, todas as instituições e a sociedade também têm a oportunidade de se preparar para o futuro.

Para o Presidente da AMATRA 8, o juiz Pedro Tourinho Tupinambá, foi extre-

mamente necessária a audiência pública para tratar das propostas de reforma trabalhista considerando a necessidade de um amplo debate entre a sociedade sobre o que mudará e suas consequências.



EMATRA 8 realiza I Fórum de Previdência Social da Amazônia



O I Fórum de Previdência Social da Amazônia foi realizado na tarde do dia 27 de abril, no campus da UNAMA Senador Lemos, em Belém. O tema abordado foi "A reforma previdenciária e os impactos em seus direitos". A programação tinha como objetivo discutir a reforma previdenciária e mostrar os impactos na modificação da aposentadoria para as gerações presentes e futuras.

O Fórum foi a primeira atividade oficial da Escola Associativa da Magistratura do Trabalho da 8ª região (EMATRA 8) em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª região (AMATRA 8) e a Universidade da Amazônia. A coordenação do evento

foi do juiz do trabalho, Océlio Moraes, professor do Mestrado em Direitos Fundamentais da UNAMA.

Para o magistrado, a programação oportunizou o debate entre a universidade e a comunidade acerca dos impactos da reforma previdenciária nos direitos de todos os trabalhadores brasileiros. "Ao tempo em que a comunidade acadêmica reflete sobre a questão, a população fica bem informada sobre seus direitos, uma vez que a reforma vai provocar profundas e severas modificações no regime de previdência social brasileiro", comenta.

Dentre os temas debatidos está "A previdência social hoje e seus serviços", além da

reforma previdenciária sob a ótica da visão da Previdência Social, da magistratura trabalhista e da advocacia privada. Uma mesa redonda composta por José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, presidente da União Geral dos Trabalhadores/PA; Márcio Maués, médico perito e gerente executivo do INSS; Pedro Tourinho Tupinambá, presidente da AMATRA 8; Allan Moreira Gomes, presidente do IGPREV/PA encerrou o debate.

Jogos Nacionais da ANAMATRA 2017



2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho

TEMA: REFORMA TRABALHISTA
(LEI Nº13.467/17)

A Anamatra realizará, nos dias 9 e 10 de outubro, em Brasília, a 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, para discutir os horizontes hermenêuticos da reforma trabalhista, com o debate e a publicação de enunciados a respeito. O evento contará com oito comissões temáticas para a discussão de 24 temas relacionados à reforma trabalhista, cujos enunciados doutrinários serão apreciados em uma grande plenária.

A 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho é uma realização da Anamatra e conta com a parceria do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e o apoio institucional do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), quentes de ameaças e atentados a magistrados.



A 10ª edição dos Jogos Nacionais da ANAMATRA está se aproximando. Será de 1ª a 4 de novembro de 2017, no Minas Brasília Tênis Clube, em Brasília – DF. As inscrições já estão abertas pelo site do evento: www.anamatra.org.br/jogos. Convidamos os nossos associados atletas a se juntarem a delegação da ANAMATRA 8 para que possamos fazer bonito nessa competição.

Podem participar apenas os associados da Anamatra, ativos ou inativos, de qualquer idade, regularmente inscritos e em dia com suas contribuições associativas, salvo exceções previstas no Regulamento. Acompanhantes também podem participar, desde que inscritos e vinculados a algum associado.

Será cobrada uma taxa no valor de R\$ 450,00 de cada magistrado(a)-atleta e acompanhante-atleta, independente do número de modalidades em que estiver inscrito.

O associado e/ou acompanhante interessado em participar dos Jogos Nacionais, na condição de 'torcedor', deverá efetuar a inscrição no evento. Os acompanhantes precisarão, necessariamente, estar vinculados a uma inscrição de associado(a) da Anamatra.

Atenção! As modalidades que permitem a participação dos acompanhantes de associados são: caminhada 2,5 km, corridas rústicas 5 km e 10 km

e natação, com exceção da modalidade revezamento, restrita a associados.

As modalidades que permitem a fusão de Amatras são:

- Futebol (masculino): fusão de até três Amatras;
- Tênis de quadra - dupla (masculino e feminino): fusão de duas Amatras.

Novidades desta edição:

- Natação: inclusão da modalidade revezamento 4 x 50 m, restrito a atletas associados, sendo que a equipe deverá ser integrada por, no mínimo, um homem e uma mulher;

- Vôlei de praia: cada dupla poderá inscrever um suplente, para substituição definitiva em caso de impossibilidade de participação de um dos titulares, desde que o suplente não componha a outra dupla inscrita para a competição. Essa substituição somente poderá ser realizada até o início do congresso técnico da modalidade.

Aos amantes do futebol, esclarecemos que o tipo de chuteira a ser usada nas partidas é a específica para futebol society, ou seja, sem travas. Acessem o site para ver a Programação completa com os horários e locais de todas as modalidades, da solenidade de abertura e da festa de encerramento e venham participar conosco!



Semana social da AMATRA 8

A AMATRA 8 realizou ao longo da semana do dia 27 a 31 de março de 2017, uma série de atividades sociais para contemplar os associados de Belém (sede da AMATRA 8) e os que moram fora da sede e estiveram na cidade por conta da semana de reuniões com o corregedor regional e nacional com os magistrados da 8ª Região. O objetivo das reuniões é proporcionar momentos de reencontro e confraternização entre os associados.



Na segunda-feira uma degustação de chás.



Terça-feira: Almoço para receber o presidente da AMATRA, Guilherme Feliciano e comemorar os aniversariantes do mês.



Quarta-feira, futebol para os associados.

Quinta-feira: Happy Hour com degustação de queijos e cervejas artesanais.



Sexta-feira, um café da manhã para receber os associados.

Amatra8 debate o Trabalho Infantil no dia mundial de combate à essa chaga.



Com o tema “A exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil”, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (Amatra8), realizou no dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, evento abordando a gravidade da prática, lançando na ocasião, um produto audiovisual que servirá como ferramenta de ação para divulgar a importância de se reforçar a educação e combater o trabalho infantil.

O debate reuniu cerca de 400 alunos da Escola Salesiana do Trabalho, para também assistir o audiovisual que mostra o relato de crianças que vivenciaram o trabalho infantil e como vivem hoje. Trata-se de uma ferramenta audiovisual que tem como objetivo o empoderamento de crianças e adolescentes na questão do combate ao trabalho infantil.

O impacto das políticas públicas, o papel da Justiça do Trabalho no enfrenta-

mento da prática e orientações de como se proceder para evitar o trabalho infantil e a exploração sexual, foram repassados aos alunos pela Irmã Henriqueta Cavalcante (membro da Comissão de Justiça e Paz CNBB N2), e pela juíza do Trabalho, Elinay Melo (Diretora da Amatra8).

Para o juiz do Trabalho, Pedro Tourinho Tupinambá, presidente da Amatra8 e diretor da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), o evento teve a finalidade de alertar sobre a prática do trabalho infantil, que ainda se constitui em uma das piores chagas em evidência no Brasil e no mundo.

“A informação é essencial para conseguirmos ampliar o leque de combate ao trabalho infantil e a exploração sexual de nossas crianças e jovens. O lançamento do produto audiovisual servirá como uma ferramenta de trabalho que levaremos aos eventos e escolas como uma peça de

conscientização sobre esta realidade. A Justiça do Trabalho está atenta e de portas abertas para acolher toda e qualquer denúncia sobre esta prática, reforçando a importância da participação das entidades que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente, organizações governamentais, entidades sindicais e sociedade civil nesta luta”, enfatizou.

Participaram do evento representantes da Escola Judicial do TRT8 (Ejud), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Pará (OAB) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).



